



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA 005/2025.
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO MG
(Processo Administrativo n.º 024/2025 Dispensa n.º 008/2025)

OBJETO

DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE MUNICÍPIO DE TOLEDO MG.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO ESTIMADO

R\$ 61.569,14 (sessenta e um mil quinhentos e sessenta e nove reais e quatorze centavos)

DATA DA SESSÃO

De 24/04/2025

HORÁRIO

Das 08h até 12h

CRITÉRIO DE JULGAMENTO:

Menor preço GLOBAL

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

SIM



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA 005/2025. CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO MG (Processo Administrativo n.º 024/2025)

Torna-se público que o Município de Toledo MG, por meio do setor de Compras e Licitações, realizará Dispensa N° 008/2025, Processo 024/2025, cujo objeto **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE MUNICÍPIO DE TOLEDO MG**. Data da sessão: 24/04/2025. Horário da Fase de Lances: 08h00min às 12h00min. Retirada do termo de referência através do email licitacaotoledomg@gmail.com. Toledo MG, 15 de ABRIL de 2025.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para a **contratação** por dispensa de licitação de **AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE MUNICÍPIO DE TOLEDO MG**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos.

1.1. A contratação será dividida em um lote GLOBAL, conforme tabela constante abaixo, com valor global para lance, porém deve ser apresentado o valor de cada item na proposta.

1.2. O critério de julgamento adotado será o **menor preço GLOBAL** observada às exigências contidas neste Aviso de **Contratação Direta e seus Anexos quanto às especificações do objeto**.

2. PARTICIPAÇÃO NA DISPENSA.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

2.1. *Com fundamento no artigo 176, II, da Lei 14.333 – 2021 a dispensa não será eletrônica considerando que Município de Toledo MG se enquadra na exceção presente no dispositivo em questão. A participação na presente dispensa se dará mediante envio de documentação via e-mail: licitacaotoledomg@gmail.com mediante confirmação do recebimento pela contratante.*

2.2. Não poderão participar desta dispensa os fornecedores:

2.2.1. que não atendam às condições deste Aviso de Contratação Direta e seu(s) anexo(s);

2.2.2. estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.2.3. que se enquadrem nas seguintes vedações:

a) autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

b) empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a contratação versar sobre obra, serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

c) pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da contratação, impossibilitada de contratar em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

d) aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

e) empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si; f) pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do aviso, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista

2.2.3.1. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico;

2.2.3.2. aplica-se o disposto na alínea “c” também ao fornecedor que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do fornecedor;

2.2.4. organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário); e

2.2.5. sociedades cooperativas.

3. CADASTRAMENTO DA PROPOSTA.

3.1. O fornecedor interessado, após a divulgação do aviso de contratação direta, encaminhará, por e-mail, a proposta com a descrição do objeto ofertado, a marca do produto, quando for o caso, e o preço, no horário das **08h00min as 12h00min**, para que as licitantes ofereçam em oportunidade única um lance de proposta, sendo o menor valor o vencedor.

3.2.1. A proposta também deverá conter declaração de que compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infra legais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

3.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta, em especial o preço, vinculam a Contratada.

3.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços;

3.4.1. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do fornecedor, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

3.5. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

3.6. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

3.7. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, Projeto Básico ou Projeto Executivo, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

3.8. Uma vez enviada a proposta, os fornecedores NÃO poderão retirá-la, substituí-la ou modificá-la;

3.9. No cadastramento da proposta inicial, o fornecedor deverá, também enviará às seguintes declarações que podem ser feitas em documento único:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

- 3.9.1. que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- 3.9.2. que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.
- 3.9.3. que está ciente e concorda com as condições contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;
- 3.9.4. que assume a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema, assumindo como firmes e verdadeiras;
- 3.9.5. que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, de que trata o art. 93 da Lei nº 8.213/91.

3.9.6. que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS DE PREÇO.

4.1. Encerrada a fase de propostas e de lances, será verificada a conformidade da proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação do objeto e à compatibilidade do preço em relação ao estipulado para a contratação.

4.2. No caso de o preço da proposta vencedora estar acima do estimado pela Administração, poderá haver a negociação de condições mais vantajosas.

4.2.1. Neste caso, será encaminhada contraproposta ao fornecedor que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta com preço compatível ao estimado pela Administração.

4.2.2. A negociação poderá ser feita com os demais fornecedores classificados, respeitada a ordem de classificação, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido para a contratação.

4.2.3. Em qualquer caso, concluída a negociação, o resultado será registrado na ata do procedimento da dispensa.

4.3. Estando o preço compatível, será solicitado o envio, de documentos complementares.

4.3.1. Além da documentação supracitada, o fornecedor com a melhor proposta deverá encaminhar planilha com indicação de custos unitários e formação de preços, com os valores adequados à proposta vencedora.

4.4. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 dias, a contar da data de sua apresentação.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

- 4.5. Será desclassificada a proposta vencedora que:
- 4.5.1. contiver vícios insanáveis;
 - 4.5.2. não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas neste aviso ou em seus anexos;
 - 4.5.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;
 - 4.5.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
 - 4.5.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste aviso ou seus anexos, desde que insanável.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

4.6. Quando o fornecedor não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

4.6.1. for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da dispensa não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio fornecedor, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

4.6.2. apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

4.7. Em contratação de obras ou serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

4.7.1. para efeito de avaliação da exequibilidade e de sobrepreço, serão considerados o preço global, os quantitativos e os preços unitários tidos como relevantes, observado o critério de aceitabilidade de preços unitário e global a ser fixado neste Aviso de Contratação Direta, conforme as especificidades do mercado correspondente;

4.7.2. serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração.

4.8. Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

4.9. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

4.9.1. O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

4.9.2. Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

4.10. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

4.11. Se a proposta vencedora for desclassificada, será examinada a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

4.12. Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, se iniciará a fase de habilitação, observado o disposto neste Aviso de Contratação Direta.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

5. HABILITAÇÃO

5.1. Os documentos a serem exigidos para fins de habilitação constam do ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO deste aviso e serão solicitados do fornecedor mais bem classificado.

6. CONTRATAÇÃO

6.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

6.2. O adjudicatário terá o prazo de 02 (dois) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

6.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 2 (dois) dias, a contar da data de seu recebimento.

6.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

6.3. O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

6.3.1. referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

6.3.2. a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no Aviso de Contratação Direta e seus anexos;

6.3.3. a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 137 a 139 da mesma Lei.

6.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses.

6.5. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

7. SANÇÕES



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

7.1. Comete infração administrativa o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

8. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.

8.1. Será divulgado no Diário Oficial Estadual o extrato de todos os atos do procedimento.

8.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

8.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

8.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

8.2.3. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

8.2.4. ANEXO I – Documentação exigida para Habilitação

8.2.5. ANEXO II - Termo de Referência;

8.2.6. ANEXO III – Minuta de Termo de Contrato;

8.2.7. ANEXO IV - Planilha de Custos e Formação de Preços;

Toledo MG, 15 de ABRIL de 2025.

ZILDO ALEXANDRO DE OLIVEIRA

Prefeito Municipal de Toledo MG



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

ANEXO I – DOCUMENTAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO

1 Habilitação jurídica:

1.1 no caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

1.2 Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

1.3 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

1.4 inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

1.5 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

1.6 decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

1.7 No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto n. 7.775, de 2012.

1.8 No caso de produtor rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da Instrução Normativa RFB n. 971, de 2009 (arts. 17 a 19 e 165).

1.9 no caso de exercício de atividade de: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos do art. da (Lei/Decreto) nº



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

1.10 No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

1.11 Apresentação de atestado de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica.

1.12 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

2 Regularidade fiscal, social e trabalhista:

2.1 prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

2.2 prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

2.3 prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

2.4 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

2.5 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

2.6 prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

2.7 caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos estaduais ou municipais relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

3 Qualificação Econômico-Financeira:

3.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

4 Qualificação Técnica

4.1 Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional(escrever por extenso, se o caso), em plena validade;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

4.2 Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta dispensa, ou com o item pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

4.2.1 Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

4.2.1.1 Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 2 anos serem ininterruptos.

4.2.1.5 Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

4.2.1.6 Poderá ser admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação se equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação.

4.2.1.7 O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

4.3 apresentação de profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, quando for o caso, detentor(es) de atestado de responsabilidade técnica por execução de objeto de características semelhantes, para fins de contratação.

4.3.2 No decorrer da execução do serviço, os profissionais de que trata este subitem deverão participar da execução do objeto e poderão ser substituídos, nos termos do 67, §6º, por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que a substituição seja aprovada pela Administração.

4.4 Declaração do fornecedor atestando que conhece todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da contratação.

4.4.1 Fica assegurado direito à realização de vistoria prévia, na forma prevista no Termo de Referência.

4.5. Em relação às fornecedoras cooperativas será, ainda, exigida a seguinte documentação complementar:

4.6.1 A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764 de 1971;

4.6.2 A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

4.6.3 A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;

4.6.4 O registro previsto na Lei n. 5.764/71, art. 107;

4.6.5 A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e

4.6.6 Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da dispensa;

4.6.7 A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764/71 ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

ANEXO II -

TERMO DE REFERÊNCIA - SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO-DE-OBRA – LEI Nº
14.133, DE 1º DE ABRIL DE 2021

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

A Secretaria Municipal de Saúde visa atender a demanda de saúde bucal no município abastecendo os materiais de consumo e dando condições para os atendimentos. Mantendo o serviço de saúde bucal atuante. A aquisição de material odontológico para o Município é de fundamental importância para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços prestados à população por meio da rede pública de saúde bucal.

A Atenção Básica em Saúde, por meio das Equipes de Saúde Bucal (ESB), tem como objetivo a promoção, prevenção e recuperação da saúde oral dos munícipes. Para que essas ações sejam efetivas, é imprescindível que os profissionais estejam devidamente equipados com os insumos necessários ao exercício de suas funções.

Atualmente, observa-se a necessidade de reposição e atualização dos materiais odontológicos utilizados nas unidades de saúde, considerando o aumento da demanda por atendimentos, o desgaste natural dos produtos de uso contínuo, bem como a necessidade de atender aos protocolos e normas de biossegurança.

A falta desses materiais compromete diretamente o atendimento à população, podendo gerar interrupções nos serviços, atrasos nos tratamentos e, conseqüentemente, prejuízos à saúde da comunidade.

Portanto, a aquisição dos materiais odontológicos se faz necessária e urgente, visando assegurar o pleno funcionamento dos serviços odontológicos, a qualidade do atendimento prestado e a promoção da saúde bucal da população do Município.

Objeto: **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE MUNICÍPIO DE TOLEDO MG.**



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

Nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento e valor.

O objeto da contratação consiste **DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL ODONTOLÓGICO DESTINADO A SECRETARIA DE SAÚDE MUNICÍPIO DE TOLEDO MG.**

Média de preços:

	DESCRICAÇÃO	Quanto	Unitário	TOTAL
1	ABAIXADOR LINGUA BRUENINGS 19CM GOLGRAN	1	R\$ 27,50	R\$ 27,50
2	ACIDO GEL 37% PCT C/3UN SSWHITE	10	R\$ 7,79	R\$ 77,87
3	ADESIVO AMBAR 4ML FGM	1	R\$ 50,26	R\$ 50,26
4	AFASTADOR MINESSOTA GOLGRAN	4	R\$ 13,70	R\$ 54,81
5	AFASTADOR STEMBERG GOLGRAN	1	R\$ 11,93	R\$ 11,93
6	AGULHA GENGIVAL 27G LONGA C/100 SR	5	R\$ 43,27	R\$ 216,37
7	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA C/100 SR	1	R\$ 43,27	R\$ 43,27
8	ALAVANCA APEXO 303 QUINELATO	1	R\$ 63,98	R\$ 63,98
9	ALAVANCA APICAL RETA 304 ADUL MILLENNIUM	1	R\$ 51,16	R\$ 51,16
10	ALAVANCA SELDIN 1L QUINELATO	1	R\$ 63,98	R\$ 63,98
11	ALAVANCA SELDIN 1R QUINELATO	1	R\$ 63,98	R\$ 63,98
12	ALAVANCA SELDIN 2 RETA QUINELATO	1	R\$ 63,98	R\$ 63,98
13	ALGODAO 250G MELHORMED	1	R\$ 15,28	R\$ 15,28
14	ALICATE PERFURADOR AINSWORTH GOLGRAN	1	R\$ 139,88	R\$ 139,88
15	ALPHACAINE LIDOCAINA 100 EPINEFRINA C/50	7	R\$ 170,97	R\$ 1.196,81
16	ALVEOLO TOMO LUER CURVO GOLGRAN	1	R\$ 114,34	R\$ 114,34



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

17	APARELHO DE RAO X DIOX MICRO IMAGEM	1	R\$ 17.685,99	R\$ 17.685,99
18	APLICADOR DYCAL ANGULADO DUPLO GOLGRAN	1	R\$ 14,78	R\$ 14,78
19	ARCO OSTBY DOBRAVEL ADULTO JON	1	R\$ 12,12	R\$ 12,12
20	ARCO YOUNG METALICO PREVEN	1	R\$ 19,62	R\$ 19,62
21	ARTICAINE 4% EPINEFRINA 1:100 C/50 DFL	4	R\$ 246,34	R\$ 985,35
22	AVENTAL MANGA LONGA GR20 C/10UN	50	R\$ 29,56	R\$ 1.478,00
23	AVENTAL MANGA LONGA GR40 C/10UN	50	R\$ 48,30	R\$ 2.415,00
24	BABADOR MAX CLEAN C/100UN	10	R\$ 17,73	R\$ 177,33
25	BANDA MATRIZ 0,5 MICRODONT	11	R\$ 2,76	R\$ 30,36
26	BANDA MATRIZ 0,7 MICRODONT	1	R\$ 2,76	R\$ 2,76
27	BENZOTOP C/ 12G TUTTI FRUTI	8	R\$ 11,24	R\$ 89,89
28	BIST LAMINA N. 12	100	R\$ 0,68	R\$ 67,67
29	BIST LAMINA N. 15	100	R\$ 0,68	R\$ 67,67
30	BLOCO P/ESPATULACAO GRANDE	10	R\$ 11,83	R\$ 118,27
31	BLOCO P/ESPATULACAO PEQ	10	R\$ 10,75	R\$ 107,47
32	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 1	1	R\$ 132,98	R\$ 132,98
33	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 150	1	R\$ 132,98	R\$ 132,98
34	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 151	1	R\$ 132,98	R\$ 132,98
35	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 16	1	R\$ 132,98	R\$ 132,98
36	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 17	1	R\$ 132,98	R\$ 132,98



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

37	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 18L	1	R\$	132,98	R\$ 132,98
38	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 18R	1	R\$	132,98	R\$ 132,98
39	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 65	1	R\$	132,98	R\$ 132,98
40	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 99A	1	R\$	132,98	R\$ 132,98
41	BROCA CIRURGICA 701C KERR	6	R\$	18,63	R\$ 111,78
42	BROCA CIRURGICA 702C KERR	6	R\$	18,63	R\$ 111,78
43	BROCA ENDO Z 25MM MICRODONT	2	R\$	44,26	R\$ 88,52
44	BROCA MULTILAMINADA 12L FG 7404 JOTA	1	R\$	43,27	R\$ 43,27
45	CABO P/ BISTURI 03 GOLGRAN	5	R\$	12,71	R\$ 63,57
46	CABO P/ESPELHO N.05 ALUMINIO GOLGRAN	30	R\$	7,38	R\$ 221,50
47	CANULA DE SUCCAO FRAZIER 3MM GOLGRAN	1	R\$	107,35	R\$ 107,35
48	CARIOSTOP 12% 10ML BIODINAMICA	2	R\$	58,06	R\$ 116,12
49	CAVIBRUSH APLIC C/100 VERDE REGUL FGM	10	R\$	13,79	R\$ 137,90
50	CIMENTO CIRURGICO LIQ 20ML LYSANDA	2	R\$	27,15	R\$ 54,30
51	CIMENTO CIRURGICO PO 50G LYSANDA	2	R\$	28,49	R\$ 56,98
52	CINZEL CIRURGICO BIBIZEL GOLGRAN	1	R\$	39,33	R\$ 39,33
53	CINZEL CIRURGICO BIZEL GOLGRAN	1	R\$	39,33	R\$ 39,33
54	CINZEL CIRURGICO GOIVA GOLGRAN	1	R\$	39,33	R\$ 39,33
55	CONDAC 37% C/3 SER 2,5G FGM	50	R\$	19,70	R\$ 985,17
56	CUBA INOX REDONDA 10,5X4,5CM GOLGRAN	2	R\$	35,09	R\$ 70,19



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

57	CUBA INOX REDONDA P/ASSEPSIA 8CM GOLGRAN	2	R\$	20,69	R\$ 41,38
58	CUNHA MADEIRA COLORIDA C/100 UN	50	R\$	14,79	R\$ 739,33
59	CURETA FOICE WS 14/15 FINLANDIA MILLENIU	1	R\$	73,93	R\$ 73,93
60	CURETA LUCAS 85 GOLGRAN	1	R\$	31,15	R\$ 31,15
61	CURETA LUCAS 87 GOLGRAN	1	R\$	31,15	R\$ 31,15
62	CURETA MORSE PERIO 0-00 MILLENNIUM	1	R\$	70,96	R\$ 70,96
63	DESCOLADOR MOLT 2-4 BOLINHA MILLENNIUM	1	R\$	87,63	R\$ 87,63
64	DESCOLADOR PERIO FREER MILLENNIUM	1	R\$	92,56	R\$ 92,56
65	DESSENSIBILIZANTE VIGODENT	1	R\$	24,63	R\$ 24,63
66	DIAM FAVA 1 S 1012HL	1	R\$	4,93	R\$ 4,93
67	DISCO DE LIXA C/100 SORT MICRODONT	1	R\$	44,36	R\$ 44,36
68	DISCO LIXA DIAMOND PRO M 8/12MM 26UN FGM	5	R\$	67,68	R\$ 338,38
69	ENDO FROST SPRAY WILCOS	1	R\$	152,69	R\$ 152,69
70	ESCAVADOR DUPLO 11 1/2 GOLGRAN	3	R\$	18,63	R\$ 55,89
71	ESCAVADOR DUPLO 14 GOLGRAN	3	R\$	18,63	R\$ 55,89
72	ESCAVADOR DUPLO 17 GOLGRAN	3	R\$	18,63	R\$ 55,89
73	ESCOVA DENTAL MACIA INFANTIL 28 TUFOS	2.000	R\$	1,48	R\$ 2.953,33
74	ESCOVA ROBSON CA BRANCA PLANA MICRODONT	50	R\$	2,47	R\$ 123,33
75	ESCULPIDOR HOLLEMBACK 3S GOLGRAN	2	R\$	18,63	R\$ 37,26
76	ESCULPIDOR LECRON N.5 GOLGRAN	1	R\$	21,59	R\$ 21,59



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

77	ESPACADOR DIGITAL SORTIDO A-D 25MM TDK	1	R\$	43,37	R\$ 43,37
78	ESPATULA 6335-1 P/SILICATO GOLGRAN	3	R\$	18,63	R\$ 55,89
79	ESPATULA METAL DUPLA N.31 GOLGRAN	1	R\$	19,62	R\$ 19,62
80	ESPATULA METAL SIMPLES N.24 GOLGRAN	5	R\$	19,62	R\$ 98,08
81	ESPATULA METAL SIMPLES N.36 GOLGRAN	5	R\$	19,62	R\$ 98,08
82	ESPATULA SUPRAFILL 1/2 MILLENNIUM	1	R\$	94,62	R\$ 94,62
83	ESPELHO N.5 + CABO GOLGRAN	15	R\$	12,71	R\$ 190,70
84	ESPELHO PLANO N°05	30	R\$	5,42	R\$ 162,70
85	ESTOJO PERFU 20X10X05 P/ENDO 101USF FAVA	1	R\$	276,01	R\$ 276,01
86	ESTOJO PERFURADO 32X16X08 ACO INOX	3	R\$	251,36	R\$ 754,09
87	ESTOJO STERIBOX 2 ROSA C/1UN PRISMA	4	R\$	29,87	R\$ 119,47
88	EUGENOL 20ML IODONTOSUL	2	R\$	18,63	R\$ 37,26
89	FILTEK Z350 XT REPOS SER 4G A2E 3M	4	R\$	266,05	R\$ 1.064,20
90	FILTEK Z350 XT REPOS SER 4G A3.5B 3M	3	R\$	266,05	R\$ 798,15
91	FILTEK Z350 XT REPOS SER 4G A3E 3M	4	R\$	266,05	R\$ 1.064,20
92	FILTEK Z350 XT REPOS SER 4G B2E 3M	2	R\$	266,05	R\$ 532,10
93	FIO DE SEDA 3.0 17MM C/24 PROCARE	10	R\$	57,08	R\$ 570,77
94	FIO DE SEDA 4.0 17MM C/24 PROCARE	4	R\$	57,08	R\$ 228,31
95	FIO DENTAL 500M	10	R\$	15,67	R\$ 156,73
96	FIXADOR 475ML LYSANDA	13	R\$	20,60	R\$ 267,84



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

97	FLUOR CARE ESPUMA 100 G TUTTI-FRUTI FGM	1	R\$ 72,93	R\$ 72,93
98	FLUORGEL IODONTOSUL NEUTRO MENTA 200ML	6	R\$ 6,41	R\$ 38,44
99	FORMOCRESOL 10ML MAQUIRA	4	R\$ 20,60	R\$ 82,41
100	FRASCO DAPPEN PLASTICO OGP	4	R\$ 5,81	R\$ 23,25
101	FRASCO DAPPEN VIDRO TRASPARENTE	10	R\$ 5,81	R\$ 58,13
102	GRAMPO N.14 GOLGRAN	1	R\$ 16,75	R\$ 16,75
103	GRAMPO N.14A GOLGRAN	1	R\$ 16,75	R\$ 16,75
104	GRAMPO N.200 GOLGRAN	1	R\$ 16,75	R\$ 16,75
105	GRAMPO N.202 GOLGRAN	1	R\$ 16,75	R\$ 16,75
106	GRAMPO N.204 GOLGRAN	1	R\$ 16,75	R\$ 16,75
107	GRAMPO N.206 GOLGRAN	1	R\$ 16,75	R\$ 16,75
108	GRAMPO N.208 GOLGRAN	1	R\$ 16,75	R\$ 16,75
109	GRAMPO N.209 GOLGRAN	1	R\$ 16,75	R\$ 16,75
110	GRAMPO N.211 GOLGRAN	1	R\$ 16,75	R\$ 16,75
111	GRAMPO N.212L GOLGRAN	1	R\$ 16,75	R\$ 16,75
112	GRAMPO N.212R GOLGRAN	1	R\$ 16,75	R\$ 16,75
113	GRAMPO N.26 GOLGRAN	1	R\$ 16,75	R\$ 16,75
114	GRAMPO N.W8A GOLGRAN	1	R\$ 16,75	R\$ 16,75
115	GRAMPO SSW N.212M	1	R\$ 17,74	R\$ 17,74
116	HEMOSTANK 10ML BIODINAMICA	1	R\$ 27,50	R\$ 27,50



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

117	HF SONDA CAROLINA DO NORTE PCPUNC156	2	R\$	341,06	R\$ 682,13
118	HIDROXIDO CALCIO HYDROPAST BIODINAMICA	1	R\$	40,32	R\$ 40,32
119	HYDRO-C DENTSPLY	1	R\$	70,87	R\$ 70,87
120	IONGLASS PHOTO 2,5G OPACO UNIVERSAL MAQU	1	R\$	84,67	R\$ 84,67
121	IONGLASS R A2 KIT PO + LIQ MAQUIRA	1	R\$	53,22	R\$ 53,22
122	IONOSEAL C/1 SERINGAS 2.5G VOCO	8	R\$	220,71	R\$ 1.765,65
123	KIT CIRURGICO PERIO GR 30 SP ODONTO	1	R\$	27,11	R\$ 27,11
124	KIT DENTISTICA PRE CLINICA I/II USF MICR	1	R\$	512,58	R\$ 512,58
125	LENCOL DE BORRACHA SANCTUARY 150X150 AZU	1	R\$	45,24	R\$ 45,24
126	LIMA HED TDK 25MM 15-40	1	R\$	22,57	R\$ 22,57
127	LIMA K 25MM 30 TDK	10	R\$	22,57	R\$ 225,73
128	LIMA K 25MM 35 TDK	1	R\$	22,57	R\$ 22,57
129	LIMA K TDK 21MM 08	1	R\$	22,57	R\$ 22,57
130	LIMA K TDK 21MM 10	1	R\$	22,57	R\$ 22,57
131	LIMA K TDK 21MM 15-40	3	R\$	22,57	R\$ 67,72
132	LIMA K TDK 25MM 08	1	R\$	22,57	R\$ 22,57
133	LIMA K TDK 25MM 10	15	R\$	22,57	R\$ 338,60
134	LIMA K TDK 25MM 15	15	R\$	22,57	R\$ 338,60
135	LIMA K TDK 25MM 15-40	3	R\$	22,57	R\$ 67,72
136	LIMA K TDK 25MM 20	15	R\$	22,57	R\$ 338,60



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

137	LIMA K TDK 25MM 25	15	R\$	22,57	R\$ 338,60
138	LIMA K TDK 25MM 45-80	1	R\$	22,57	R\$ 22,57
139	LIMA K TDK 31MM 15-40	1	R\$	22,57	R\$ 22,57
140	LIMA K TRIPLE FLEX TDK 15/40 25MM	1	R\$	22,57	R\$ 22,57
141	LIMA P/OSSO 11 SELDIN GOLGRAN	1	R\$	63,98	R\$ 63,98
142	LIQ DAKIN 1000ML ASFER 0,5%	6	R\$	6,80	R\$ 40,82
143	LUVA PROCEDIMENTO C/100 GRANDE SUPERMAX	1	R\$	37,36	R\$ 37,36
144	LUVA PROCEDIMENTO C/100 PEQUENA SUPERMAX	1	R\$	37,36	R\$ 37,36
145	LUVA PROCEDIMENTO CX C/100 M DESCARPACK	1	R\$	29,47	R\$ 29,47
146	MANDRIL CA PARA CONTA ANGULO	1	R\$	6,60	R\$ 6,60
147	MAQSPRAY 100ML LUBRIFICANTE MAQUIRA	2	R\$	29,47	R\$ 58,95
148	MASCARA DESCARTAVEL TRIPLA BRANCA C/50	50	R\$	13,80	R\$ 690,00
149	MATRIZ DE POLIESTER SORTIDA C/20UN TDV	10	R\$	156,63	R\$ 1.566,33
150	MATRIZ TOFLEMIRE N.1 C/12 TDV	1	R\$	20,60	R\$ 20,60
151	MAXXION R KIT PO 10G + LIQ 8G A3 FGM	12	R\$	89,69	R\$ 1.076,32
152	MICRODONT KIT ACAB E POLI DE RESINA C/6	18	R\$	49,88	R\$ 897,78
153	MICRODONT MANDRIL PM P/DISCOS E SERRAS	1	R\$	7,79	R\$ 7,79
154	MICRODONT TIRA DE LIXA ACO 6MM	1	R\$	23,56	R\$ 23,56
155	MILLENNIUM CURETA GRACEY 11/12 MINI FIVE	1	R\$	71,86	R\$ 71,86
156	MILLENNIUM CURETA GRACEY 13/14 MINI FIVE	1	R\$	71,86	R\$ 71,86



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

157	MILLENNIUM CURETA GRACEY 5/6 MINI FIVE	1	R\$	71,86	R\$ 71,86
158	MILLENNIUM CURETA GRACEY 7/8 MINI FIVE	1	R\$	71,86	R\$ 71,86
159	MILLENNIUM CURETA PERIO CG GRACEY 11-12	1	R\$	71,86	R\$ 71,86
160	MILLENNIUM CURETA PERIO CG GRACEY 13-14	1	R\$	71,86	R\$ 71,86
161	MILLENNIUM CURETA PERIO CG GRACEY 5-6	1	R\$	71,86	R\$ 71,86
162	MILLENNIUM CURETA PERIO CG GRACEY 7-8	1	R\$	71,86	R\$ 71,86
163	MILLENNIUM CURETA PERIO CG MCCALL 13-14	1	R\$	71,86	R\$ 71,86
164	MILLENNIUM CURETA PERIO CG MCCALL 17-18	1	R\$	71,86	R\$ 71,86
165	MOLD CERA P/FLUOR DESC PEQ C/100 MAQUIRA	4	R\$	27,60	R\$ 110,41
166	NDP C/5 FORMULA E ACAO	1	R\$	128,12	R\$ 128,12
167	OBTURADOR PROVISORIO 25G LYSANDA	5	R\$	15,67	R\$ 78,37
168	OPALLIS FLOW A2 2G FGM	1	R\$	39,92	R\$ 39,92
169	OPUS BULK FILL FLOW APS A1 2G FGM	1	R\$	131,58	R\$ 131,58
170	OXIDO ALUMINIO C/ 2KG 320 ASFER	1	R\$	76,89	R\$ 76,89
171	OXIDO DE ZINCO 50G IODONTOSUL	2	R\$	7,39	R\$ 14,79
172	PALFIQUE OMNICHROMA 1G TRIAL	1	R\$	172,41	R\$ 172,41
173	PINCA ADSON C/DENTE GOLGRAN	1	R\$	22,57	R\$ 22,57
174	PINCA ANATO. DENTE DE RATO 14CM GOLGRAN	1	R\$	25,53	R\$ 25,53
175	PINCA CIR ALLIS 15CM GOLGRAN	1	R\$	51,16	R\$ 51,16
176	PINCA CIR BACKHAUS 13CM GOLGRAN	2	R\$	58,06	R\$ 116,12



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

177	PINCA CLINICA P/ ALGODAO 317 GOLGRAN	22	R\$	19,62	R\$ 431,57
178	PINCA HEMOSTATICA PEAN 14CM GOLGRAN	1	R\$	64,81	R\$ 64,81
179	PINCA KELLY 14CM CURVA GOLGRAN	1	R\$	59,05	R\$ 59,05
180	PINCA PORTA GRAMPO PALMER GOLGRAN	1	R\$	113,36	R\$ 113,36
181	PLACA DE VIDRO 15MM LISO GOLGRAN	3	R\$	45,24	R\$ 135,73
182	PLACA DE VIDRO 6MM LISO GOLGRAN	3	R\$	14,78	R\$ 44,33
183	PONTA DE DIAMANTE FG 1149 JOTA	1	R\$	20,60	R\$ 20,60
184	PORTA AG CASTROVI C/VIDIA CURVO 14CM GOL	1	R\$	275,91	R\$ 275,91
185	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 17CM QUINELATO	1	R\$	68,90	R\$ 68,90
186	PORTA ALGODAO 08CMX10CM C/MOLA GOLGRAN	1	R\$	80,73	R\$ 80,73
187	PORTA MATRIZ TIPO TOFLEMIRE ADULTO	1	R\$	35,39	R\$ 35,39
188	PRP C/5 FORMULA E ACAA	1	R\$	118,29	R\$ 118,29
189	RESINA FORMA A1D 4G ULTRADENT	1	R\$	98,47	R\$ 98,47
190	RESINA FORMA A1E 4G ULTRADENT	1	R\$	98,47	R\$ 98,47
191	RETRAF FIO RETRATOR 000 ULTRA FINO AAF	1	R\$	37,36	R\$ 37,36
192	REVELADOR 475ML LYSANDA	13	R\$	20,60	R\$ 267,84
193	RIOHEX GARD 0,12% 1 LITRO RIOQUIMICA	1	R\$	39,33	R\$ 39,33
194	ROLETE ALGODAO WA	30	R\$	3,44	R\$ 103,20
195	ROLO P/ESTERELIZAR 100MMX100M	6	R\$	67,92	R\$ 407,52
196	SERINGA CARPULE C/ REFLUXO GOLGRAN	15	R\$	71,86	R\$ 1.077,90



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

197	SINGLE BOND REPO 6ML 3M	10	R\$	176,44	R\$ 1.764,37
198	SINGLE BOND UNIVERSAL 5ML 3M	1	R\$	394,20	R\$ 394,20
199	SONDA EXPLORADORA N.5 GOLGRAN	22	R\$	14,78	R\$ 325,09
200	SONDA MILIMETRADA NABERS 2N MILLENIUM	2	R\$	65,95	R\$ 131,89
201	STOP DE SILICONE C/100UN MAQUIRA	1	R\$	21,59	R\$ 21,59
202	SUGADOR CIRURGICO CX C/20UN INDUSBELO	1	R\$	44,26	R\$ 44,26
203	SUGADOR DE ENDO PCT C/20UN FLEXIJET	1	R\$	17,74	R\$ 17,74
204	SUGADOR DESCARTAVEL WA/MAX CLEAN C/40	32	R\$	11,34	R\$ 362,77
205	TACA DE BORRACHA	18	R\$	2,76	R\$ 49,68
206	TAMBOREL + 2 REFIS PRISMA	1	R\$	22,28	R\$ 22,28
207	TES CIR GOLDMAN FOX CURVA 13CM GOLGRAN	1	R\$	43,36	R\$ 43,36
208	TES CIR METZEMBAUN 15CM CURVA GOLGRAN	1	R\$	42,38	R\$ 42,38
209	TIRA DE LIXA DE ACO 4MM C/12 MAQUIRA	4	R\$	15,67	R\$ 62,69
210	TIRA DE LIXA DE ACO 6MM C/12 MAQUIRA	5	R\$	15,67	R\$ 78,37
211	TIRA DE POLIESTER C/50UN	7	R\$	3,93	R\$ 27,53
212	TOUCA SANFONADA BRANCA PCT C/100UN	13	R\$	20,70	R\$ 269,10
213	ULTRACAL XS ULTRADENT C/1UN	6	R\$	110,40	R\$ 662,42
214	VASELINA SOLIDA 30G	2	R\$	8,77	R\$ 17,55
215	Z100 3M REPOSICAO SERINGA A-1 4G	5	R\$	48,30	R\$ 241,50
216	Z100 3M REPOSICAO SERINGA A-2 4G	6	R\$	48,30	R\$ 289,80



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

217	Z100 3M REPOSICAO SERINGA A-3 4G	4	R\$	48,30	R\$ 193,20
218	Z100 3M REPOSICAO SERINGA A-3,5 4G	3	R\$	48,30	R\$ 144,90
219	Z100 3M REPOSICAO SERINGA B-3 4G	3	R\$	48,30	R\$ 144,90
				R\$	TOTAL GLOBAL 61.569,14

1.1. O(s) serviço(s) ou produto(s) objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do DFD.

1.2. *O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados do(a) assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do DFD, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto desta contratação está descrito no item 1. deste Termo.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

3.1. *A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do DFD, apêndice deste Termo de Referência.*

4. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de execução

4.1. *A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:*

4.1.1. *Início da execução do objeto: da assinatura do contrato*

4.1.2. *Prazo de entrega 10 DIAS ÚTEIS.*



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

Local da prestação/entrega dos serviços/produtos.

A entrega dos serviços será conforme orientação da secretaria responsável.

5. GESTÃO DO CONTRATO

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.5. *Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.*

5.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput](#)).

5.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.7.1. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. ([Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º](#));

5.7.2. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

5.7.3. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.7.4. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.7.5. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual

5.7.6. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassem a sua competência.

5.8. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.8.1. Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

5.9. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

5.9.1. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

5.9.2. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

5.9.3. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

comissão de que trata o [art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021](#), ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

5.10.O fiscal administrativo do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.

5.11.O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

5.12.O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6. DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E ESPECIFICAÇÕES

6.1. ESPECIFICAÇÕES

ITEM	DESCRICAO	QTD	
1	ABAIXADOR LINGUA BRUENINGS 19CM GOLGRAN	1	unidade
2	ACIDO GEL 37% PCT C/3UN SSWHITE	10	pacotes
3	ADESIVO AMBAR 4ML FGM	1	unidade
4	AFASTADOR MINESSOTA GOLGRAN	4	unidades
5	AFASTADOR STEMBERG GOLGRAN	1	unidade
6	AGULHA GENGIVAL 27G LONGA C/100 SR	5	caixas
7	AGULHA GENGIVAL 30G CURTA C/100 SR	1	caixa
8	ALAVANCA APEXO 303 QUINELATO	1	unidade
9	ALAVANCA APICAL RETA 304 ADUL MILLENNIUM	1	unidade
10	ALAVANCA SELDIN 1L QUINELATO	1	unidade
11	ALAVANCA SELDIN 1R QUINELATO	1	unidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

12	ALAVANCA SELDIN 2 RETA QUINELATO	1	unidade
13	ALGODAO 250G MELHORMED	1	pacote
14	ALICATE PERFURADOR AINSWORTH GOLGRAN	1	unidade
15	ALPHACAINE LIDOCAINA 100 EPINEFRINA C/50	7	caixas
16	ALVEOLOTOMO LUER CURVO GOLGRAN	1	unidade
17	APARELHO DE RAO X DIOX MICRO IMAGEM	1	unidade
18	APLICADOR DYCAL ANGULADO DUPLO GOLGRAN	1	unidade
19	ARCO OSTBY DOBRAVEL ADULTO JON	1	unidade
20	ARCO YOUNG METALICO PREVEN	1	unidade
21	ARTICAINE 4% EPINEFRINA 1:100 C/50 DFL	4	caixas
22	AVENTAL MANGA LONGA GR20 C/10UN	50	pacotes
23	AVENTAL MANGA LONGA GR40 C/10UN	50	pacotes
24	BABADOR MAX CLEAN C/100UN	10	pacotes
25	BANDA MATRIZ 0,5 MICRODONT	11	unidades
26	BANDA MATRIZ 0,7 MICRODONT	1	unidade
27	BENZOTOP C/ 12G TUTTI FRUTI	8	unidades
28	BIST LAMINA N. 12	100	caixas
29	BIST LAMINA N. 15	100	caixas
30	BLOCO P/ESPATULACAO GRANDE	10	unidades
31	BLOCO P/ESPATULACAO PEQ	10	unidades
32	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 1	1	unidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

33	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 150	1	unidade
34	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 151	1	unidade
35	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 16	1	unidade
36	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 17	1	unidade
37	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 18L	1	unidade
38	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 18R	1	unidade
39	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 65	1	unidade
40	BOTICAO QUINELATO ADULTO N. 99A	1	unidade
41	BROCA CIRURGICA 701C KERR	6	unidades
42	BROCA CIRURGICA 702C KERR	6	unidades
43	BROCA ENDO Z 25MM MICRODONT	2	unidades
44	BROCA MULTILAMINADA 12L FG 7404 JOTA	1	unidade
45	CABO P/ BISTURI 03 GOLGRAN	5	unidades
46	CABO P/ESPELHO N.05 ALUMINIO GOLGRAN	30	pacotes
47	CANULA DE SUCCAO FRAZIER 3MM GOLGRAN	1	unidade
48	CARIOSTOP 12% 10ML BIODINAMICA	2	unidades
49	CAVIBRUSH APLIC C/100 VERDE REGUL FGM	10	pacotes
50	CIMENTO CIRURGICO LIQ 20ML LYSANDA	2	unidades
51	CIMENTO CIRURGICO PO 50G LYSANDA	2	unidades
52	CINZEL CIRURGICO BIBIZEL GOLGRAN	1	unidade
53	CINZEL CIRURGICO BIZEL GOLGRAN	1	unidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

54	CINZEL CIRURGICO GOIVA GOLGRAN	1	unidade
55	CONDAC 37% C/3 SER 2,5G FGM	50	pacotes
56	CUBA INOX REDONDA 10,5X4,5CM GOLGRAN	2	unidades
57	CUBA INOX REDONDA P/ASSEPSIA 8CM GOLGRAN	2	unidades
58	CUNHA MADEIRA COLORIDA C/100 UN	50	pacotes
59	CURETA FOICE WS 14/15 FINLANDIA MILLENIU	1	unidade
60	CURETA LUCAS 85 GOLGRAN	1	unidade
61	CURETA LUCAS 87 GOLGRAN	1	unidade
62	CURETA MORSE PERIO 0-00 MILLENNIUM	1	unidade
63	DESCOLADOR MOLT 2-4 BOLINHA MILLENNIUM	1	unidade
64	DESCOLADOR PERIO FREER MILLENNIUM	1	unidade
65	DESSENSIBILIZANTE VIGODENT	1	unidade
66	DIAM FAVA 1 S 1012HL	1	unidade
67	DISCO DE LIXA C/100 SORT MICRODONT	1	unidade
68	DISCO LIXA DIAMOND PRO M 8/12MM 26UN FGM	5	pacotes
69	ENDO FROST SPRAY WILCOS	1	unidade
70	ESCAVADOR DUPLO 11 1/2 GOLGRAN	3	unidades
71	ESCAVADOR DUPLO 14 GOLGRAN	3	unidades
72	ESCAVADOR DUPLO 17 GOLGRAN	3	unidades
73	ESCOVA DENTAL MACIA INFANTIL 28 TUFOS	2,000	unidades
74	ESCOVA ROBSON CA BRANCA PLANA MICRODONT	50	pacotes



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

75	ESCULPIDOR HOLLEMBACK 3S GOLGRAN	2	unidades
76	ESCULPIDOR LECRON N.5 GOLGRAN	1	unidade
77	ESPACADOR DIGITAL SORTIDO A-D 25MM TDK	1	unidade
78	ESPATULA 6335-1 P/SILICATO GOLGRAN	3	unidades
79	ESPATULA METAL DUPLA N.31 GOLGRAN	1	unidade
80	ESPATULA METAL SIMPLES N.24 GOLGRAN	5	unidades
81	ESPATULA METAL SIMPLES N.36 GOLGRAN	5	unidades
82	ESPATULA SUPRAFILL 1/2 MILLENNIUM	1	unidade
83	ESPELHO N.5 + CABO GOLGRAN	15	pacotes
84	ESPELHO PLANO N505	30	pacotes
85	ESTOJO PERFU 20X10X05 P/ENDO 101USF FAVA	1	unidade
86	ESTOJO PERFURADO 32X16X08 ACO INOX	3	unidades
87	ESTOJO STERIBOX 2 ROSA C/1UN PRISMA	4	unidades
88	EUGENOL 20ML IODONTOSUL	2	unidades
89	FILTEK Z350 XT REPOS SER 4G A2E 3M	4	unidades
90	FILTEK Z350 XT REPOS SER 4G A3.5B 3M	3	unidades
91	FILTEK Z350 XT REPOS SER 4G A3E 3M	4	unidades
92	FILTEK Z350 XT REPOS SER 4G B2E 3M	2	unidades
93	FIO DE SEDA 3.0 17MM C/24 PROCARE	10	caixas
94	FIO DE SEDA 4.0 17MM C/24 PROCARE	4	caixas
95	FIO DENTAL 500M	10	caixas



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

96	FIXADOR 475ML LYSANDA	13	unidades
97	FLUOR CARE ESPUMA 100 G TUTTI-FRUTI FGM	1	unidade
98	FLUORGEL IODONTOSUL NEUTRO MENTA 200ML	6	unidades
99	FORMOCRESOL 10ML MAQUIRA	4	unidades
100	FRASCO DAPPEN PLASTICO OGP	4	unidades
101	FRASCO DAPPEN VIDRO TRASPARENTE	10	unidades
102	GRAMPO N.14 GOLGRAN	1	unidade
103	GRAMPO N.14A GOLGRAN	1	unidade
104	GRAMPO N.200 GOLGRAN	1	unidade
105	GRAMPO N.202 GOLGRAN	1	unidade
106	GRAMPO N.204 GOLGRAN	1	unidade
107	GRAMPO N.206 GOLGRAN	1	unidade
108	GRAMPO N.208 GOLGRAN	1	unidade
109	GRAMPO N.209 GOLGRAN	1	unidade
110	GRAMPO N.211 GOLGRAN	1	unidade
111	GRAMPO N.212L GOLGRAN	1	unidade
112	GRAMPO N.212R GOLGRAN	1	unidade
113	GRAMPO N.26 GOLGRAN	1	unidade
114	GRAMPO N.W8A GOLGRAN	1	unidade
115	GRAMPO SSW N.212M	1	unidade
116	HEMOSTANK 10ML BIODINAMICA	1	unidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

117	HF SONDA CAROLINA DO NORTE PCPUNC156	2	unidades
118	HIDROXIDO CALCIO HYDROPAST BIODINAMICA	1	unidade
119	HYDRO-C DENTSPLY	1	unidade
120	IONGLASS PHOTO 2,5G OPACO UNIVERSAL MAQU	1	unidade
121	IONGLASS R A2 KIT PO + LIQ MAQUIRA	1	unidade
122	IONOSEAL C/1 SERINGAS 2.5G VOVO	8	unidades
123	KIT CIRURGICO PERIO GR 30 SP ODONTO	1	pacote
124	KIT DENTISTICA PRE CLINICA I/II USF MICR	1	caixa
125	LENCOL DE BORRACHA SANCTUARY 150X150 AZU	1	pacote
126	LIMA HED TDK 25MM 15-40	1	unidade
127	LIMA K 25MM 30 TDK	10	unidades
128	LIMA K 25MM 35 TDK	1	unidade
129	LIMA K TDK 21MM 08	1	unidade
130	LIMA K TDK 21MM 10	1	unidade
131	LIMA K TDK 21MM 15-40	3	unidades
132	LIMA K TDK 25MM 08	1	unidade
133	LIMA K TDK 25MM 10	15	unidades
134	LIMA K TDK 25MM 15	15	unidades
135	LIMA K TDK 25MM 15-40	3	unidades
136	LIMA K TDK 25MM 20	15	unidades
137	LIMA K TDK 25MM 25	15	unidades



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

138	LIMA K TDK 25MM 45-80	1	unidade
139	LIMA K TDK 31MM 15-40	1	unidade
140	LIMA K TRIPLE FLEX TDK 15/40 25MM	1	unidade
141	LIMA P/OSSO 11 SELDIN GOLGRAN	1	unidade
142	LIQ DAKIN 1000ML ASFER 0,5%	6	unidades
143	LUVA PROCEDIMENTO C/100 GRANDE SUPERMAX	1	unidade
144	LUVA PROCEDIMENTO C/100 PEQUENA SUPERMAX	1	unidade
145	LUVA PROCEDIMENTO CX C/100 M DESCARPACK	1	unidade
146	MANDRIL CA PARA CONTA ANGULO	1	unidade
147	MAQSPRAY 100ML LUBRIFICANTE MAQUIRA	2	unidades
148	MASCARA DESCARTAVEL TRIPLA BRANCA C/50	50	caixas
149	MATRIZ DE POLIESTER SORTIDA C/20UN TDV	10	unidades
150	MATRIZ TOFLEMIRE N.1 C/12 TDV	1	unidade
151	MAXXION R KIT PO 10G + LIQ 8G A3 FGM	12	unidades
152	MICRODONT KIT ACAB E POLI DE RESINA C/6	18	unidades
153	MICRODONT MANDRIL PM P/DISCOS E SERRAS	1	unidade
154	MICRODONT TIRA DE LIXA ACO 6MM	1	unidade
155	MILLENNIUM CURETA GRACEY 11/12 MINI FIVE	1	unidade
156	MILLENNIUM CURETA GRACEY 13/14 MINI FIVE	1	unidade
157	MILLENNIUM CURETA GRACEY 5/6 MINI FIVE	1	unidade
158	MILLENNIUM CURETA GRACEY 7/8 MINI FIVE	1	unidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

159	MILLENNIUM CURETA PERIO CG GRACEY 11-12	1	unidade
160	MILLENNIUM CURETA PERIO CG GRACEY 13-14	1	unidade
161	MILLENNIUM CURETA PERIO CG GRACEY 5-6	1	unidade
162	MILLENNIUM CURETA PERIO CG GRACEY 7-8	1	unidade
163	MILLENNIUM CURETA PERIO CG MCCALL 13-14	1	unidade
164	MILLENNIUM CURETA PERIO CG MCCALL 17-18	1	unidade
165	MOLD CERA P/FLUOR DESC PEQ C/100 MAQUIRA	4	unidades
166	NDP C/5 FORMULA E ACAO	1	unidade
167	OBTURADOR PROVISORIO 25G LYSANDA	5	unidades
168	OPALLIS FLOW A2 2G FGM	1	unidade
169	OPUS BULK FILL FLOW APS A1 2G FGM	1	unidade
170	OXIDO ALUMINIO C/ 2KG 320 ASFER	1	unidade
171	OXIDO DE ZINCO 50G IODONTOSUL	2	unidades
172	PALFIQUE OMNICHROMA 1G TRIAL	1	unidade
173	PINCA ADSON C/DENTE GOLGRAN	1	unidade
174	PINCA ANATO. DENTE DE RATO 14CM GOLGRAN	1	unidade
175	PINCA CIR ALLIS 15CM GOLGRAN	1	unidade
176	PINCA CIR BACKHAUS 13CM GOLGRAN	2	unidades
177	PINCA CLINICA P/ ALGODAO 317 GOLGRAN	22	unidades
178	PINCA HEMOSTATICA PEAN 14CM GOLGRAN	1	unidade
179	PINCA KELLY 14CM CURVA GOLGRAN	1	unidade



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

180	PINCA PORTA GRAMPO PALMER GOLGRAN	1	unidade
181	PLACA DE VIDRO 15MM LISO GOLGRAN	3	unidades
182	PLACA DE VIDRO 6MM LISO GOLGRAN	3	unidades
183	PONTA DE DIAMANTE FG 1149 JOTA	1	unidade
184	PORTA AG CASTROVI C/VIDIA CURVO 14CM GOL	1	unidade
185	PORTA AGULHA MAYO HEGAR 17CM QUINELATO	1	unidade
186	PORTA ALGODAO 08CMX10CM C/MOLA GOLGRAN	1	unidade
187	PORTA MATRIZ TIPO TOFLEMIRE ADULTO	1	unidade
188	PRP C/5 FORMULA E ACAO	1	unidade
189	RESINA FORMA A1D 4G ULTRADENT	1	unidade
190	RESINA FORMA A1E 4G ULTRADENT	1	unidade
191	RETRAF FIO RETRATOR 000 ULTRA FINO AAF	1	unidade
192	REVELADOR 475ML LYSANDA	13	unidades
193	RIOHEX GARD 0,12% 1 LITRO RIOQUIMICA	1	unidade
194	ROLETE ALGODAO WA	30	pacotes
195	ROLO P/ESTERELIZAR 100MMX100M	6	pacotes
196	SERINGA CARPULE C/ REFLUXO GOLGRAN	15	unidades
197	SINGLE BOND REPO 6ML 3M	10	unidades
198	SINGLE BOND UNIVERSAL 5ML 3M	1	unidade
199	SONDA EXPLORADORA N.5 GOLGRAN	22	unidades
200	SONDA MILIMETRADA NABERS 2N MILLENIUM	2	unidades



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

201	STOP DE SILICONE C/100UN MAQUIRA	1	unidade
202	SUGADOR CIRURGICO CX C/20UN INDUSBELO	1	unidade
203	SUGADOR DE ENDO PCT C/20UN FLEXIJET	1	unidade
204	SUGADOR DESCARTAVEL WA/MAX CLEAN C/40	32	pacotes
205	TACA DE BORRACHA	18	pacotes
206	TAMBOREL + 2 REFIS PRISMA	1	unidade
207	TES CIR GOLDMAN FOX CURVA 13CM GOLGRAN	1	unidade
208	TES CIR METZEMBAUN 15CM CURVA GOLGRAN	1	unidade
209	TIRA DE LIXA DE ACO 4MM C/12 MAQUIRA	4	unidades
210	TIRA DE LIXA DE ACO 6MM C/12 MAQUIRA	5	unidades
211	TIRA DE POLIESTER C/50UN	7	unidades
212	TOUCA SANFONADA BRANCA PCT C/100UN	13	pacotes
213	ULTRACAL XS ULTRADENT C/1UN	6	unidades
214	VASELINA SOLIDA 30G	2	unidades
215	Z100 3M REPOSICAO SERINGA A-1 4G	5	unidades
216	Z100 3M REPOSICAO SERINGA A-2 4G	6	unidades
217	Z100 3M REPOSICAO SERINGA A-3 4G	4	unidades
218	Z100 3M REPOSICAO SERINGA A-3,5 4G	3	unidades
219	Z100 3M REPOSICAO SERINGA B-3 4G	3	unidades



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

7. CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto *se dará mediante a aferição da qualidade dos produtos.*

7.1.1. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

8.1.1.1. não produzir os resultados acordados,

8.1.1.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

8.1.1.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

Do recebimento

Os serviços serão recebidos conforme previamente acordado, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#)). A empresa contratada deverá entregar o objeto licitado de acordo com as especificações e prazos estabelecidos no contrato, garantindo a qualidade e adequação ao EVENTO.

7.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.1.3. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

7.1.4. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo.

7.1.5. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.2. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

7.2.1. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.2.2. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.2.3. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.2.4. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.3. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.4. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.4.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.4.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.4.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.4.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

7.4.5. Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.5. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.6. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.7. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Liquidação

7.8. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, ocorrerá a liquidação.

7.9. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

7.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.12. A Administração deverá verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital, identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

7.13. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

Prazo de pagamento

O pagamento será realizado em parcela única, após a conclusão e entrega de todos os serviços conforme previsto no contrato.

7.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do adimplemento da obrigação, e ateste da(s) Nota(s) Fiscal(is).

Forma de pagamento

7.18. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.19. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.20.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.21. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação,



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

7.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço GLOBAL**.

7.2. Exigências de habilitação

7.3. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

7.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

7.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

7.6. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.7. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

7.8. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

7.9. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

7.10. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

7.11. **Agricultor familiar:** Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.

7.12. **Produtor Rural:** matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).

7.13. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

7.14. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

7.15. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

7.16. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

7.17. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo [Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943](#);

7.18. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

7.19. Prova de regularidade com a Fazenda *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

7.20. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos *[Estadual/Distrital]* ou *[Municipal/Distrital]* relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

7.21. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na [Lei Complementar n. 123, de 2006](#), estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Qualificação Econômico-Financeira

7.22. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

7.23. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - [Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II](#));

Qualificação Técnica

7.24. *Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou **atestados**, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.*

7.24.1. *Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.*

7.24.2. *Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor, sendo este dois atestados.*

7.24.3. *O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto*

8. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

5.1 O custo estimado total da contratação é de R\$ 61.569,14 (sessenta e um mil quinhentos e sessenta e nove reais e quatorze centavos), conforme custos unitários apostos na tabela acima.

9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município de Toledo MG. Os recursos para a realização deste evento estão previstos no orçamento da Secretaria Municipal de Saúde de Toledo MG para o exercício financeiro de 2025.

9.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

Conta Despesa

DESENVOLVIMENTO AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE

Dotação

3.3.90.30.00.2.09.00.10.301.0009.2.0076

Fonte

1.600.000 - TRANSFERÊNCIAS FUNDO A FUNDO DE RECURSOS DO SUS PRODA PUBLICIDADE

9.2. O extrato do contrato oriundo deste instrumento será publicado no Diário Oficial Eletrônico do Estado de Minas Gerais. .

9.3. A CONTRATADA deverá declarar para os devidos fins que está ciente que a íntegra do contrato, bem como de eventual Termo Aditivo, será publicada no Portal da Transparência da Prefeitura Municipal e que tal publicação não fere nenhum dispositivo da Lei Federal nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).

10. DA LEI ANTICORRUPÇÃO

10.1. As partes deverão observar todas as disposições das regras anticorrupção em vigor no Brasil, em especial, as previsões da Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção), do Decreto Federal nº 8.420/2015.

12.1.1 As partes deverão se comprometer também a se absterem de praticar quaisquer atividades que constituam violação às disposições das normas anticorrupção e das demais disposições referentes à matéria.

12.1.2. As partes, por si e por seus administradores, diretores, funcionários e agentes, bem como por seus sócios, deverão conduzir suas práticas, durante a execução do contrato, de forma ética e em conformidade com os preceitos legais aplicáveis.

12.1.3. Para a execução do contrato, nenhuma das partes poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto do contrato, ou de forma não relacionada ao mesmo ou direcionar negócios que violem as regras anticorrupção, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

12.1.4. Na assinatura do contrato, as partes deverão declarar que: (a) não violaram, violam ou



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO **- Estado de Minas Gerais -**

violarão as regras anticorrupção; (b) têm a ciência de que qualquer atividade que viole as regras anticorrupção é proibida; e (c) declaram conhecer as consequências possíveis de tal violação.

12.1.5. Qualquer descumprimento das regras de integridade mencionadas acima ensejará a resolução imediata do contrato, apenas por meio de notificação extrajudicial, sem prejuízo de eventual pagamento de indenização por perdas e danos.

Toledo, MG 15 de abril de 2025.

Venício Augusto Pereira Junior

EQUIPE DE APOIO



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

ANEXO III – Minuta do Termo de Contrato

MODELO DE TERMO DE CONTRATO

Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021

Serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra - Contratação direta

ÓRGÃO OU ENTIDADE PÚBLICA

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº/....., QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR INTERMÉDIO DO (A) EA União / Autarquia / Fundação, (utilizar a menção à União somente se for órgão da Administração Direta, caso contrário incluir o nome da autarquia ou fundação conforme o caso) por intermédio do(a) (órgão contratante), com sede no(a), na cidade de /Estado ..., inscrito(a) no CNPJ sob o nº, neste ato representado(a) pelo(a) (cargo e nome), nomeado(a) pela Portaria nº, de de de 20..., publicada no DOU de de de, portador da Matrícula Funcional nº, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, em doravante designado CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação OU da Inexigibilidade de Licitação n. .../..., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.0. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços comuns de, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.1. Objeto da contratação:

ITEM

ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR
UNITÁRIO	VALOR TOTAL			



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

2

3

...

1.2. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.2.1. O Termo de Referência;

1.2.2. A Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;

1.2.3. A Proposta do contratado; e

1.2.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

OU

2.3. O prazo de vigência da contratação é de contados do(a), prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada;

b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;

c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;

d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

2.5. O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.6. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

2.7. Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.

2.8. O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

OU

2.9. O prazo de vigência da contratação é de(máximo de um ano) contados do(a) (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS** (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

4. **CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

OU

4.2. É permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de% (..... por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições:

4.3. É vedada a subcontratação completa ou da parcela principal da obrigação, abaixo discriminada:

a) ...

b) ...

4.4. Poderão ser subcontratadas as seguintes parcelas do objeto:

a)

b)

4.5. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder perante o contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.6. A subcontratação depende de autorização prévia do contratante, a quem incumbe avaliar se o subcontratado cumpre os requisitos de qualificação técnica necessários para a execução do objeto.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

4.7. O contratado apresentará à Administração documentação que comprove a capacidade técnica do subcontratado, que será avaliada e juntada aos autos do processo correspondente.

4.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na contratação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO

5.1. O valor mensal da contratação é de R\$ (.....), perfazendo o valor total de R\$ (.....).

OU

5.2. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

5.3. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

5.4. O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ___/___/___ (DD/MM/AAAA).

7.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice _____ (indicar o índice a ser adotado), exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

7.6. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

8.12. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

8.13. Comunicar o Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

8.14. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

9.2. Manter preposto aceito pela Administração no local do serviço para representá-lo na execução do contrato.

9.2.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

9.3. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.4. Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

9.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.7. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

9.8. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

9.11. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

9.12. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

9.13. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

9.14. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

9.15. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

9.16. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.17. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para qualificação na contratação direta;

9.18. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116);

9.19. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único);

9.20. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.21. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

9.22. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

9.23. Realizar os serviços de manutenção e assistência técnica no(s) seguinte(s) local(is) ... (inserir endereço(s));

9.23.1. O técnico deverá se deslocar ao local da repartição, salvo se o contratado tiver unidade de prestação de serviços em distância de [...] (inserir distância conforme avaliação técnica) do local demandado.

9.24. Realizar a transição contratual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, sem perda de informações, podendo exigir, inclusive, a capacitação dos técnicos do contratante ou da nova empresa que continuará a execução dos serviços;

9.25. Ceder ao Contratante todos os direitos patrimoniais relativos ao objeto contratado, o qual poderá ser livremente utilizado e/ou alterado em outras ocasiões, sem necessidade de nova autorização do Contratado.

9.25.1. Considerando que o projeto contratado se refere a obra imaterial de caráter tecnológico, insuscetível de privilégio, a cessão dos direitos a que se refere o subitem acima inclui o fornecimento de todos os dados, documentos e elementos de informação pertinentes à tecnologia de concepção, desenvolvimento, fixação em suporte físico de qualquer natureza e aplicação da obra.

10. CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

10.3. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

10.4. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.

10.5. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

10.6. É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

10.7. O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

10.8. O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

10.9. O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

10.10. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.

10.10.1. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

10.11. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

10.12. Os contratos e convênios de que trata o § 1º do art. 26 da LGPD deverão ser comunicados à autoridade nacional.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

11.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

OU

11.2. A contratação conta com garantia de execução, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.

OU

11.3. A contratação conta com garantia de execução do contrato, nos moldes do art. 96, combinado com art. 101, ambos da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

11.3.1. BEM 1..... Valor

11.3.2. BEM 2Valor

11.3.3. ...

11.3.4. TOTAL Valor total

OU

11.4. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

OU

11.5. O contratado apresentará, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública ou, ainda, pela fiança bancária, em valor correspondente a correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial/total/anual do contrato, acrescido do valor dos bens abaixo arrolados, dos quais o contratado será depositário:

11.5.1. BEM 1..... Valor

11.5.2. BEM 2Valor

11.5.3. ...

11.5.4. TOTAL Valor total

11.6. Caso utilizada a modalidade de seguro-garantia, a apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato e por mais 90 (noventa) dias após término deste prazo de vigência, permanecendo em vigor mesmo que o contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

11.7. A apólice do seguro garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

11.8. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvado o disposto no item 11.9 deste contrato.

11.9. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

11.10. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

11.10.1.prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

11.10.2.multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

11.10.3.obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo contratado, quando couber.

11.11. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item 11.10, observada a legislação que rege a matéria.

11.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor do contratante, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

11.13. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia.



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

11.14. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

11.15. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

11.16. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de (.....) dias úteis, contados da data em que for notificada.

11.17. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.17.1. O emitente da garantia ofertada pelo contratado deverá ser notificado pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei n.º 14.133, de 2021).

11.17.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

11.18. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta fiança ou autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração do contratante, mediante termo circunstanciado, de que o contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato;

11.1. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

11.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

11.20. O contratado autoriza o contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.

11.21. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no Termo de Referência.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO - Estado de Minas Gerais -

- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) Multa:

(1) Moratória de% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de (.....) dias;

(2) Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso injustificado, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.

a. O atraso superior a XXXXXX dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

(3) Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas “e” a “h” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.

(4) Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea “c” do subitem 12.1, de% a ...% do valor do Contrato.

(5) Para infração descrita na alínea “b” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.

(6) Para infrações descritas na alínea “d” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato.

(7) Para a infração descrita na alínea “a” do subitem 12.1, a multa será de% a ...% do valor do Contrato, ressalvadas as seguintes infrações:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

[INDICAR ITENS ESPECÍFICOS DE INEXECUÇÃO PARCIAL QUE JUSTIFIQUEM PENA DIVERSA]

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

12.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021)



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

12.9. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021)

12.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

12.11. Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato será extinto quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

13.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

13.3. Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:

- a) ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
- b) poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

OU

13.4. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

13.6. A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

13.7. Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

OU



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

13.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.

13.9. O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

13.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

13.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

13.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.10.3. Indenizações e multas.

13.11. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021).

13.12. O contrato poderá ser extinto:

13.12.1. caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação no processo de contratação direta ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021);

13.12.2. caso se constate que a pessoa jurídica contratada possui administrador ou sócio com poder de direção, familiar de detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação ou de autoridade a ele hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante (art. 3º, § 3º, do Decreto n.º 7.203, de 4 de junho de 2010).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

13.13. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade:

II. Fonte de Recursos:

III. Programa de Trabalho:

IV. Elemento de Despesa:



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO

- Estado de Minas Gerais -

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

13.14. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

15.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

17. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

17.1. Fica eleito o Foro da Justiça Federal em, Seção Judiciária de para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE



PREFEITURA MUNICIPAL DE TOLEDO
- Estado de Minas Gerais -

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-

ANEXO IV - Planilha de Custos e Formação de Preços;

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	MÉDIA	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1		R\$	UN	12	R\$	R\$

TOTAL GERAL R\$.